

Por Martha E. Corazza

As perspectivas macroeconômicas para 2017 apontam um cenário ainda difícil, marcado por muitas incertezas nos ambientes nacional e internacional, o que contribuirá para frear uma eventual recuperação da atividade econômica ao longo do próximo ano. As projeções foram feitas por economistas ontem (10) durante o primeiro dia do **23º Seminário de Investimentos** organizado pela **Capecf**, em Fortaleza, e que será encerrado nesta sexta-feira (11). A queda efetiva da taxa real até chegar a um juro “neutro” será um dos fatores decisivos para que se possa pensar em crescimento da atividade econômica no Brasil a partir de 2018, diz a economista responsável pela área de Gerenciamento de Ativos do Itaú, Mirela Sampaio. Mas, o ano de 2017 ainda será de muita discussão e acirramento de alguns problemas macroeconômicos domésticos.

A taxa de desemprego, por exemplo, que já registra 12 milhões de brasileiros em busca de trabalho sem conseguir, assim como o aumento da informalidade que afeta a renda e a segurança das pessoas, tendem a ser ainda mais agravados no próximo ano, com o desemprego em alta até meados de 2017, projeta a economista. “A única boa notícia por enquanto é relativa à inflação, que continua a ceder e deve ser menor no primeiro trimestre do próximo ano, até porque os limites para repasses de preços estão muito baixos”. Quanto à taxa Selic, o cenário hoje é incerto e a próxima reunião do Copom pode trazer tanto uma redução de 0,25% como de 0.50% mas o que importa de fato é a taxa real de juros paga pelo Brasil, totalmente distorcida diante de um mercado global em que 80% dos títulos das dívidas soberanas têm juros negativos.

Mundo mais incerto - O mesmo diagnóstico foi feito pelo economista responsável pela área de Gerenciamento de Ativos do Bradesco, Tiago Pereira, que aponta 2017 como um ano difícil no caminho para o crescimento. O ambiente externo também é um complicador uma vez que o crescimento mundial mudou de patamar e os PIBs não crescem mais a níveis significativos. Essa mudança é principalmente grave no que diz respeito à China porque impacta a exportação de commodities pelo Brasil, já prejudicadas no momento pela valorização cambial. “Sob o ponto de vista dos fundos de pensão e seguradoras internacionais, o juro real negativo praticado hoje no mundo por um período longo de tempo pode significar dificuldades expressivas para que eles entreguem suas promessas de aposentadoria”, lembra Pereira.

O mundo está mais incerto e há um acirramento do debate político global – que subiu alguns graus com a eleição de Donald Trump nos EUA – para o qual ainda não há respostas claras, observa o economista. “O mundo crescerá menos nos próximos 12 a 18 meses e, no mercado doméstico, vivemos o nono trimestre consecutivo de retração da atividade com a desvantagem de que o setor externo agora perdeu a vantagem da desvalorização do real frente ao dólar”, diz Mirela. “O consumidor interno não voltará tão cedo ao consumo ou ao crédito, por conta do desemprego, então fica difícil falar em recuperação para o próximo ano”. Ela vê, porém, possibilidade de algum crescimento em 2018, apesar das pressões de um ano eleitoral.

“Com a NTN-B de 2050 pagando juro real de 5,60% ao ano, taxa bem abaixo dos 7,5% na média do ano passado, começa a haver possibilidade de recuperar alguma confiança mas os desafios ainda são grandes e o tempo político é muito diferente do tempo econômico”, pondera Tiago Pereira. As projeções do Bradesco, segundo o economista, apontam inflação de 4,9% e taxa Selic de 10,25% em dezembro de 2017. O nível de juro real, então, está ainda muito acima da média global em que os juros são próximos do zero ou negativos. As possibilidades de retomada interna, segundo a tese do mercado financeiro, partem de uma aposta no ajuste fiscal rigoroso negociado no Congresso, com o congelamento dos gastos nos próximos 20 anos e reforma da previdência, entre outros temas. “As projeções para a dívida bruta, por enquanto, são preocupantes e mostram que ela continuará a subir chegando a 82,2% do PIB em 2018, então é essencial discutir como chegar ao equilíbrio”, observa o economista.

Defesa da previdência – A taxa de desocupação, queda da renda e menor consumo criam um círculo vicioso na economia que dificulta qualquer prognóstico de uma vida fácil para a previdência complementar em termos de atração de novos participantes. A avaliação é do secretário adjunto da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar, José Edson da Cunha Júnior. Quando houver uma melhora no cenário, a prioridade das famílias será recuperar o que tem sido perdido nos últimos anos em planos de saúde, matrículas em escolas privadas e outros itens considerados prioritários, só depois disso é que voltará a haver interesse pela previdência.

A reforma do Regime Geral, por outro lado, deverá motivar os brasileiros a pensar no tema para compensar a renda perdida no INSS, argumenta o secretário. A reforma, entretanto, ainda terá um longo caminho pela frente e será discutida ao longo do próximo ano, devendo perder boa parte de seu rigor para chegar a uma fórmula de meio termo entre o governo e o Congresso, diz Cunha Júnior.

Com menor disponibilidade orçamentária, a poupança feita a título de precaução pelas pessoas não é depositada em previdência complementar porque, embora os planos ofereçam bons retornos, não tem a liquidez necessária para tempos de crise. “Por isso aprovamos, por exemplo, a possibilidade de resgate parcial nos planos instituídos, nossa proposta original era incluir também a autorização para que as contribuições especiais feitas pelos participantes pudesse ter liquidez mas o CNPC achou essa ideia ousada demais e não aprovou”, conta o secretário.

Nesse cenário, ele lembra que a educação previdenciária é item indispensável para as entidades que pretendam oferecer perfis de investimento aos seus participantes. No check list de medidas a serem adotadas pelas entidades ele inclui ações como a simplificação dos produtos de previdência complementar: “Inovar sem perder o aspecto previdenciário”; a necessidade de aperfeiçoar a comunicação; ter regulamentos simples; manter uma política de investimentos alinhada com as expectativas dos participantes; enfrentar riscos de forma pró-ativa e municiar os conselhos com informações de maneira que eles possam cumprir suas obrigações, entre outros.

Evento Funpresp/Exe - Uma grande troca de ideias e conhecimentos. Foi assim o “Seminário Perfis de Investimentos”, promovido pela Funpresp nesta quinta-feira (10/11), no hotel St. Paul Plaza, em Brasília, com a participação de consultorias, órgãos reguladores, instituições financeiras e diversos fundos de pensão nacionais e internacionais. O evento foi parte do trabalho de pesquisa da entidade para avaliar a oferta de perfis de investimentos aos participantes. Ao longo do dia, diversos atores do mercado de previdência complementar trocaram opiniões e experiências sobre a implementação desse recurso. No encerramento do evento, o diretor-presidente da Funpresp, Ricardo Pena, agradeceu os presentes e destacou a importância do encontro. “A Funpresp tem três anos de existência e agora começamos a estudar e aprender sobre o assunto, que é um grande desafio para a gente. Queremos conhecer as experiências dos demais, ver o que deu certo e o que não, então foi um dia muito rico”, comentou Pena. **(Funpresp-Exe)**

Fonte: [Diário dos Fundos de Pensão](#), em 11.11.2016.